

(RE)PENSANDO A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE CURSO DE GRADUAÇÃO¹

Josete Alzira Passamani Stocco²

RESUMO

Este texto tem como objetivo discutir a construção/condução dos projetos políticos-pedagógicos de cursos de graduação, enfatizando a implementação do processo pedagógico em relação à problemática apresentada e, assim, indicadas algumas estratégias para superar os limites e as contradições teórico/práticas na construção e condução do projeto político-pedagógico, para que eu possa, assim, contribuir com a temática e, também, oferecer mais um espaço para uma constante reflexão sobre ela.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico; educação; ser humano; práxis pedagógica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho derivou-se da realização de uma pesquisa, tomando como objeto de estudo 20 PPPs de cursos de graduação e delineada através de um intenso trabalho de investigação, envolvendo a leitura, análise e interpretação dos PPPs e a realização de coleta de dados.

Compreendo que há toda uma conjuntura histórica e problematizadora que circunda a educação brasileira. Essa referência, histórica e atual, não pode ser desconsiderada no momento da construção de documentos da própria Instituição. Um projeto político-pedagógico demanda, deste modo, a busca de referências teóricas que reflitam, na prática pedagógica, a pluralidade do mundo social e humano, onde se estabelecem as relações produtoras do saber.

Desta forma, o PPP é mais do que a necessidade de responder a uma solicitação formal. É a reflexão e a expressão contínua de nossas idéias sobre a educação superior, sobre a universidade e sua função social, sobre o curso, sobre o ensino, sobre a pesquisa

¹ Este texto faz parte da dissertação de mestrado: Projeto Político-pedagógico: Conscientização ou Imposição

² Bacharel em Secretariado Executivo Bilíngüe/; Mestre em Educação/; Professora e Coordenadora do Curso de Secretariado Executivo Bilíngüe/UPF.

e sua relação com o ensino, sobre a extensão e sua relação com o currículo, sobre a relação teoria e prática. Segundo Veiga,

o projeto pedagógico é um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado. É um instrumento clarificador de ação educativa da escola em sua totalidade (1998, p.106).

O PPP tem raízes profundas, pois trabalha com programas acadêmicos e estabelece as estratégias acadêmicas de ação. Os programas acadêmicos, como se sabe, envolvem, além do próprio ensino, também a pesquisa e a extensão, além das atividades-meio, mas não menos importantes, como a capacitação e a própria administração universitária. Acrescente-se, ainda, que é fundamental que o projeto político-pedagógico esteja voltado à missão da Universidade, missão que, segundo ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compreende bem mais do que o simples ensino de graduação.

Precisamos identificar nossos pontos fracos e fortes, para que tenhamos nos riscos e ameaças externos não fatores de desestruturação, mas oportunidades de criar um novo modelo de ensino. É importante, portanto, preparar-nos para lidar com inteligência e eficácia, pois é necessária aquisição de maior competência em relação ao desenvolvimento e implementação de um projeto político-pedagógico, pois a sociedade moderna exige práticas de ensino que valorizem o pensamento crítico, a investigação, a flexibilidade e a capacidade de questionar.

É evidente, portanto, que o projeto representa o laço entre presente e futuro, sendo ele a marca da passagem do presente para o futuro. É uma atividade natural e intencional que o ser humano utiliza para procurar solucionar problemas e construir conhecimentos.

A história da Universidade não a caracteriza como uma que faz uso de planos integradores das diferentes áreas do conhecimento, ou mesmo como construtora de projetos pedagógicos. É por isso que Anísio Teixeira diz: "nenhuma outra parece tão natural como esta e evolui, como as coisas naturais, por leis próprias ou sem lei nenhuma. Deixa-se levar e, deste modo, se transforma, sem saber bem como se está transformando" (p. 75).

Pensar um projeto de educação implica refletir tipo e qualidade de ensino, concepção de homem e de sociedade que se pretende construir. Uma boa construção é coletiva, baseada em uma prática reflexiva e não direcionada ao senso comum, pois se caracteriza por traduzir uma concepção de mundo, que pode ser nova ou não, e que atribui às ações pedagógicas uma intenção consciente e crítica.

A construção do projeto político-pedagógico nasce da própria realidade do curso/instituição, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem. Deve ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação. É necessário que seja uma ação articulada por todos os envolvidos³ com a realidade do curso/instituição e, também, ser construído continuamente como produto e como processo.

1 OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO/CONDUÇÃO

O projeto político-pedagógico é exigência da LDB, pois o mesmo define os propósitos e compromissos da Instituição de Ensino. A construção prevê a participação de toda a comunidade acadêmica. Essa construção não pode ser imposta, ocorrer apenas para atender a legislação, e sim ser conduzida de forma reflexiva para que todos os envolvidos dela participem de maneira consciente. Obedecendo a um ciclo com fases bem definidas, o PPP se constitui em um processo de discussão sobre a prática educacional; o resultado desse processo é registrado em um documento que, por sua vez, será o instrumento de apoio para a construção dessa prática.

A construção do PPP é a forma objetiva de o curso de graduação dar sentido ao seu saber fazer enquanto instituição acadêmica; é a possibilidade concreta de seus sonhos, onde ações são desconstruídas e reconstruídas de forma dinâmica e histórica; é a revelação de seus compromissos, sua intencionalidade e, principalmente, a identidade de seus membros.

O PPP permite ao curso quebrar a rotina que às vezes se instala, reorganizando o seu saber fazer, alterando relações pessoais e de conhecimentos teóricos e práticos, construindo, dessa forma, experiências concretas, reais e palpáveis de educação.

³ Ao mencionar o termo *envolvidos*, refiro-me a todos os indivíduos participantes da de ensino de forma direta ou indireta (alunos, professores, funcionários, órgãos superiores...).

Nesse ponto de vista, o PPP ultrapassa a mera aglomeração de planos de curso, propostas de atividades e currículos dos docentes. É uma concepção filosófica que possibilita a ordenação de objetivos e reafirma as finalidades da Instituição para a qual se dirige o projeto. A construção do projeto é sempre inacabada. É edificado e vivenciado em todos os períodos, por todos os envolvidos do processo educativo da Instituição.

O projeto político-pedagógico é a forma de explicitar os objetivos de um curso e orientar as estratégias a serem utilizadas. Ele se instaura na consciência de todos os agentes da comunidade educativa. Ele é a consciência do grupo. É um instrumento de integração, de coordenação das ações dos diversos sujeitos envolvidos no processo.

A implementação de um PPP depende, em grande parte, do comprometimento dos sujeitos envolvidos no processo. Quando o trabalho de construção do PPP é realizado de forma participativa, ou seja, é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação, com a distribuição de tarefas de acordo com as possibilidades e as necessidades da Instituição, fazendo saber a todos o que, quem, onde e por que dos acontecimentos, a participação torna-se eficiente e eficaz, e a implementação do projeto é facilitada.

Existe um consenso quanto à necessidade da participação do maior número possível de professores, alunos, funcionários, além da coordenação do curso, na construção do PPP, para garantir que este espelhe as convicções e propostas do grupo. Considerando que toda a comunidade acadêmica atuante na Instituição de ensino também participa, em graus diferentes, do processo educativo, parece clara a importância de sua participação na construção e condução do PPP.

Nesse sentido, o PPP requer um compartilhar de responsabilidades, de maneira que o curso alcance um desenvolvimento pleno em todos os aspectos: humano – reconhecendo e valorizando o profissional e oportunizando o desenvolvimento social dos alunos, tendo como pano de fundo o desenvolvimento educativo. O desenvolvimento político também permeia o projeto político-pedagógico. O fazer tem sempre conseqüências políticas que precisam ser enfrentadas pelo coletivo da Instituição e dirigidas eficientemente, a fim de atender às necessidades que a realidade apresenta e alcançar o desenvolvimento institucional.

Mas para esse alcance é preciso que os professores e a universidade se transformem. Transformar não é só mudar. Transformar significa chegar a situações novas, novos valores, novos princípios, novas relações. Transformar concepções

implica unir teoria e prática. Assim reporto-me a duas concepções de educação, estudadas por Paulo Freire (1993), a saber: a concepção bancária da educação, da qual Paulo Freire é crítico e a concepção dialógica ou problematizadora, defendida pelo autor. O autor apresenta as características da concepção bancária de educação, afirmando que esta serve como instrumento de opressão de uma classe sobre outra. A relação professor aluno apresenta-se de forma hierarquizada e distanciada, sendo que os alunos recebem uma formação do tipo reprodutora de conhecimentos. Tanto o professor quanto o aluno não são sujeitos no processo de construção do conhecimento. O primeiro é um transmissor enquanto que o segundo é um receptor, tal como um banco, no qual os depósitos são realizados. Nesta concepção, é impossível qualquer ação transformadora.

No contexto da concepção problematizadora ou libertadora de educação, há predomínio da dialogicidade, que tem início na busca pelo conteúdo programático. O autor enfoca a colaboração no processo de construção de conhecimentos e a investigação constante. Estaríamos diante de uma concepção de educação que propiciaria processos de conscientização e de libertação dos sujeitos pela via do processo educativo. Este complexo de relações, pautadas na dialogicidade, contribuiria para a efetivação da cidadania, uma vez que possibilitaria o reconhecimento intersubjetivo por parte dos sujeitos participantes do processo educativo, construindo assim o sentimento de respeito e de identidade.

FREIRE (1993, p.110) destaca que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Portanto, ensinar exige uma tomada de posição, ao que o autor denomina de “opção”, uma vez que toda ação é política.

Nesse sentido, o PPP precisa prever aquilo que se deseja transformar, tanto no que se refere a concepções teóricas, como práticas, assim como a explicação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, contextualização social e científica, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo, tornando-se fruto de reflexão e investigação.

O projeto político-pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. Sua construção não é responsabilidade somente da direção, pois em uma gestão democrática⁴ ao se constituir

⁴ Entendo gestão democrática não como sinônimo de administração, mas na dimensão de processo, cujo interesse é emancipador, libertador, tendo como compromisso principal fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente envolvidas numa ação educacional, gerem as suas próprias alternativas de ação.

em processo participativo de decisões, há a preocupação em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporais e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal, racionalizando a burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da universidade.

A caminhada em direção de uma universidade que procura ser democrática, crítica e participativa é cheia de encontros e desencontros, avanços, recuos, conflitos e superações que trazem discussões, no intuito de sistematizar as práticas de cada curso da universidade como um todo.

Portanto, muitas vezes somos chamados ao compromisso, consciente ou imposto, de construir o PPP e registrar, na frieza do papel, a sociedade que queremos. Para tal desafio, precisamos garantir um texto vivo, ou seja, um texto do contexto. O PPP é um instrumento que atende à finalidade de apresentar, ainda que de forma resumida, como serão abordadas e trabalhadas as categorias: ser humano, educação, cidadania, autonomia e práxis pedagógica.

A partir da leitura do contexto, realidade da universidade, é que se desencadeia o processo de construção do conhecimento. Através do estudo da realidade e da sua compreensão será possível que o homem se conheça como sujeito histórico, participativo e transformador na perspectiva de uma sociedade justa, democrática e humanista.

Além de partir da realidade, o desafio dos cursos universitários no seu cotidiano é construir relações democráticas entre todos os segmentos da comunidade. É fundamental que as práticas pedagógicas sejam dialógicas, garantindo o respeito às manifestações de diferentes idéias e a construção coletiva das decisões. Isso só se garante com a participação efetiva de todos.

A construção do projeto político-pedagógico, para gerar uma nova organização do trabalho pedagógico, passa pela reflexão sobre diferentes concepções de educação e ser humano⁵.

2 EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

⁵ Concepções de educação e ser humano baseada em Paulo Freire.

O projeto político-pedagógico consiste no redimensionamento dos atuais currículos dos cursos de graduação e leva em consideração as diretrizes curriculares nacionais, mas sem ficar restrito a elas. Contemplar experiências acadêmicas criativas e inovadoras e o desenvolvimento do aluno como cidadão, permitindo desde cedo sua interação com a realidade social. De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/96, o projeto político-pedagógico passou a ser pré-requisito básico para a renovação do reconhecimento dos cursos e para o credenciamento das universidades junto ao MEC. Se antes esse reconhecimento era permanente, agora ele depende da avaliação periódica, que ocorre de 4 em 4 anos.

A Deliberação 07/2000 do CEE dispõe sobre a autorização para funcionamento e reconhecimento de cursos e habilitações novos, oferecidos por Instituições de Ensino Superior. De acordo com o disposto no art. 4º, o projeto pedagógico de curso deve conter:

- perfil do profissional a ser formado;
- objetivos gerais e específicos do curso;
- descrição do currículo pleno oferecido, com ementário das disciplinas/atividades (o currículo deve explicitar a adequação da organização pedagógica ao perfil profissional definido);
- bibliografia básica;
- número de vagas iniciais e turno de funcionamento;
- relação dos docentes e especificação da composição por níveis (nº e % de doutores, mestres, etc);
- acervo da biblioteca (livros e periódicos especializados)
- apresentação das instalações, equipamentos, laboratórios (no caso de reconhecimento, pode ser citado apenas as alterações e/ou ampliações feitas nas estruturas).

Com a LDB (Lei 9394/94), o projeto político-pedagógico passou a ser objeto prioritário de estudo e de discussão. A construção coletiva basear-se-á em uma prática reflexiva, pois evidenciará uma concepção de mundo, que direcionará as ações pedagógicas de forma consciente e crítica. A construção partirá da própria realidade do curso/, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem. Necessita, também, ser exequível e prever as condições

necessárias ao desenvolvimento e à avaliação. Ele não pode resultar de uma visão única, ingênua e que não atenda às concepções: de homem e mundo, de educação, de cidadão, de autonomia e de práxis. Portanto, é necessário adotar uma postura cautelosa para a elaboração de um PPP, pois dele depende o sucesso e viabilização de um curso de graduação.

Repensando a construção dos PPPs nos cursos de graduação

Procurei, através do trabalho de pesquisa, identificar os pontos fracos e fortes no processo de construção dos PPPs nos cursos de graduação, com a finalidade de contribuir com as reflexões que permeiam esse processo, nesse momento.

Buscando respostas para as questões de como são elaborados os projetos político-pedagógicos das unidades de ensino de Instituições de Ensino Superior, parti para um trabalho de investigação, procurando identificar, descrever e analisar as formas de construção dos projetos político-pedagógicos nos cursos de graduação, verificando o desenvolvimento/aplicação e a coerência do projeto político-pedagógico, levando em consideração a coletividade, as possibilidades da unidade, as necessidades dos alunos e do contexto histórico-social.

Planejar o desenvolvimento de um curso de graduação é condição imprescindível para que as perspectivas que se tem sejam traçadas, visando a intervenções responsáveis e conscientes em benefício da coletividade, buscando a formação do ser humano participativo, compromissado, criativo, crítico e reflexivo.

O que encontrei nos PPPs analisados foram construções que visam à busca e transmissão de conhecimentos. Não há destaque para as relações pessoais e de conhecimentos teóricos e práticos, para a construção da identidade profissional dos envolvidos no PPP e no curso. Dessa forma, no que se refere a experiências concretas, reais e palpáveis de educação poucas alterações foram percebidas. Atendem ainda, na sua maioria, propostas de educação fundadas na transmissão de conhecimento, evidenciando pouca reflexão acerca de um processo de educação integradora do ser humano, capaz de construir alicerces para futuros profissionais realmente engajados na transformação social necessária. Aparentemente, foram construídos somente para o cumprimento de solicitações formais.

É necessário compartilhar mais as responsabilidades da construção do PPP com toda a comunidade, principalmente a acadêmica, para alcançar um desenvolvimento pleno em todos os aspectos. E é necessário refletir mais sobre educação, independentemente de ser o curso da área pedagógica ou técnica, pois educação técnica também é educação. Se o PPP alcançar seus objetivos, certamente possibilitará a transformação dos cursos e a ação dos professores da Instituição, criando situações novas, novos valores, novos princípios, novas relações. Transformará concepções teóricas em práticas, através da reflexão sobre sua finalidade, seu papel social. O processo de construção precisa aglutinar crenças, convicções, contextualização social e científica, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo, transformação esta possível através do processo de investigação e reflexão.

Pela análise dos 20 projetos e das entrevistas, percebi que muitas transformações precisam ocorrer na construção e condução do projeto de cada curso, no sentido de que as concepções que fundamentam um PPP sejam mais bem refletidas e aplicadas no decorrer de cada curso. Ou seja, transformar a imposição em participação e as atitudes bancárias em conscientização.

A construção e condução do PPP da maioria dos cursos da Instituição revelam pouca consistência sobre a categoria ser humano no processo de condução, e a abordagem do ser humano é feita de maneira genérica, como se essa categoria não fosse relevante. Todos os projetos trabalham com o dever/ser e não deixam transparecer o fundamento teórico de quem é este ser humano. Resta a impressão de que o fundamento seja buscado no próprio senso comum e não trabalhado teórica e historicamente. O PPP brota de uma concepção de ser humano e só a partir dessa concepção é que se pode orientar as ações pedagógicas através do dever/ser.

Os valores humanos precisam estar no centro de todo e qualquer processo educacional, pois é o homem que opera e transforma o mundo. Ele só será mais se houver humanização e comunhão entre os homens e dos homens com o mundo. O diálogo é uma exigência existencial do ser humano. Através do diálogo é possível a construção de um novo sentido para a vida humana em sociedade, ou seja, a afirmação humana no mundo tem um sentido, uma vocação de humanizar-se e uma razão de ser que vai muito além das relações opressoras e alienantes hoje existentes em níveis inaceitáveis pelo bom senso humano. Parece que essa não é a preocupação dos construtores dos PPPs, pois são poucos os que apresentam o diálogo como princípio ou base de seus fundamentos pedagógicos.

O homem, pressupõe-se, é potencialmente produtor e colaborador da história, portanto, o trabalho educativo implica, necessariamente, uma construção solidária, coletiva, em que todos se percebem sujeitos capazes de evoluir, construir, participar, criar.

Se levarmos em conta o caráter libertador da educação na construção do PPP, ela será voltada para a liberdade e a autonomia. Neste sentido encontrei um número maior de citações e termos que abrangem a categoria educação nos projetos analisados. Mas, também, percebemos que esta categoria está mais pautada no senso comum, pois são opiniões que não têm clareza teórica, foram apenas citadas, não refletidas. E um conceito genérico de educação, com certeza, inviabiliza a construção de um PPP que possa ser implementado e praticado.

Educar é suscitar modificações significativas nos padrões de comportamento dos alunos, isto é, promover o trânsito do indivíduo à pessoa, ou pressupor uma concepção otimista do mundo e do papel do homem no mundo. A educação é, sem dúvida, um processo de constituição histórica do sujeito, através do qual ele se torna capaz de construir projeto próprio de vida e de sociedade, em sentido individual e coletivo.

Os PPPs analisados deixam evidente que não há unidade, em termos de Instituição, com relação à categoria educação. Cada curso evidencia sua própria concepção que, em muitos casos, também não se manifesta como convicção teórica. Em razão disso, aparecem contradições entre um projeto e outro, tanto no que diz respeito à formação, quanto sobre a aquisição de conhecimento ou sobre o projeto do futuro profissional. Além disso, há a prevalência de uma educação mais tecnicista do que dialógica. A idéia de uma concepção dialógica não significa a não produção de conhecimentos científicos tecnológicos, mas trata-se apenas da forma de como é conduzido o processo pedagógico no interior dos respectivos cursos e na sua relação com a Instituição.

Analisando a categoria cidadania, percebe-se que a educação prima pela formação do cidadão, do ser humano emancipado, que seja capaz de pensar e agir com coesão frente à sociedade contemporânea cada vez mais complexa e desafiadora. No PPP de cada curso de graduação, a categoria cidadania necessitaria de uma reflexão mais aprofundada no interior das Instituições e de seus cursos, levando em consideração o perfil de cidadão que se compromete a formar. É importante que a educação contemple a dimensão social do ser humano, a formação do pensar crítico, da consciência ética, bem como os anseios da comunidade frente aos desafios impostos

pelo mundo globalizado em que vivemos. A categoria cidadania leva em conta a participação, que é um dos principais objetivos do PPP. O acadêmico é um ser humano capaz de valorizar, de dar sentido a tudo o que o cerca, de instituir relações sociais, políticas, econômicas, éticas. A cidadania é inegavelmente um termo relacionado à vida em sociedade e entendo que um cidadão consciente e crítico atua em benefício da sociedade. Destaco a importância da categoria cidadania no PPP, por se tratar de um elemento fundamental na formação do indivíduo, quando se pretende formar cidadão crítico, reflexivo, participante, mais consciente, com competências melhor desenvolvidas para interagir com as diversas interfaces do mercado de trabalho e da sociedade como um todo.

A ausência de referências claras sobre uma prática educativa que contemple a cidadania pode significar a ocorrência de uma prática pedagógica individualizada e individualista. Se os responsáveis diretos pelo processo de educação não se preocupam em desenvolver valores de cidadania, é porque esses valores estão ausentes de sua própria consciência. Deste modo, é possível entender porque é fraca a participação e o engajamento de muitos educadores em processos como a construção dos PPPs, e porque estes instrumentos dos cursos de graduação da são engavetados e, raramente, consultados.

A autonomia nos cursos de graduação passa pela capacidade de identificação e de diferenciação dos seus professores e alunos, implicando que sejam capazes de se relacionarem e interagirem também com o meio que os envolve. A construção de identidade própria pressupõe a participação de todos os envolvidos que interagem entre si. A elaboração e condução de um PPP é uma forma de demonstrar a autonomia da equipe acadêmica e oportunidade de desenvolvimento profissional, pois o projeto é um guia para a ação, a política e a pedagogia, onde se encontram metas, procedimentos e instrumentos para a ação. Neste sentido, são muitas as lacunas que ficaram nos projetos político-pedagógicos analisados e que também são percebidas pelos professores entrevistados, sobretudo, a constatação de que as categorias educação e ser humano não têm muita relação com a categoria cidadania. Falta especificação sobre os procedimentos e instrumentos que possam capacitar o educando a buscar respostas para os questionamentos próprios e suscitados pelo processo educacional, e daqueles que viriam desenvolver habilidades para gerir regras e influenciar o mercado de trabalho. Em alguns cursos, há necessidade de abrir mais espaços para que o aluno se posicione, indague e participe do processo de aprendizagem. Se o aluno cria o hábito de questionar

e comprovar, no futuro, como profissional, ele não se deixará levar por qualquer opinião, ou versão dos fatos.

Se os PPPs não evidenciam uma preocupação efetiva com a categoria da cidadania, também não têm suficientemente demonstrada a categoria autonomia. A prática de desenvolvimento dos projetos já evidencia isso, uma vez que a despreocupação com a participação de todos os envolvidos no processo pode ser evidência de descrédito com relação à capacidade de contribuição, principalmente dos alunos, na construção desses projetos. Abrir espaço para a participação de todos os professores, de funcionários e de alunos é desenvolver uma práxis pedagógica que induz ao pensar, ao refletir, ao assumir responsabilidade, ao prever alternativas e prover soluções, aspectos subjacentes à autonomia.

Se o aluno for educado sem autonomia ele poderá estar sendo, potencialmente, preparado para a corrupção, uma vez que a responsabilidade e a ética requerem sempre a autonomia.

Isso me conduz a outro ponto importantíssimo a ser priorizado na construção e execução do PPP de cada curso de graduação, que é a categoria práxis pedagógica, pois esta, pela sua natureza de processo histórico, supõe atividade, movimento, transformação, fazendo parte do processo que, para se demonstrar como concretude de educação, necessita ser resultado de reflexão permanente. Entendida como capacidade humana criadora e transformadora da realidade, decorrente do poder reflexivo, da elaboração utópica e existencial do ser humano, a práxis permite ao homem tanto conformar suas condições de existência como transcendê-las e reorganizá-las. A práxis pedagógica define-se, delinea-se nas estratégias de aprendizagem, isto é, nos meios através dos quais os objetivos educacionais são trabalhados. Daí a importância de que os educadores busquem que o acadêmico se relacione com o saber num sentido horizontal (professor/aluno), agindo e apropriando-se do conhecimento de forma pessoal, através de uma explicação sistemática das estratégias de aprendizagem em função dos objetivos a alcançar e do seu grau de preparação.

A construção/condução do PPP apóia-se fundamentalmente na teoria da práxis, pois se pretende um PPP crítico, reflexivo, libertador, que permita ampliar os níveis de consciência, conservando os pressupostos do sentido da educação, que envolve o porquê e para quem educar, para que a educação se torne de fato no processo pelo qual o sujeito se humaniza.

Uma concepção falsa de autonomia e cidadania impede o processo de construção do PPP como práxis pedagógica, pois acabam impossibilitando o desenvolvimento do pensamento do aluno, ao invés de possibilitar-lhe a liberdade de pensar e de agir.

A práxis pedagógica compreende o sentido de relação porque pressupõe o processo pedagógico como um processo coletivo, participativo, dialógico e reflexivo. A construção do PPP pautada por essa epistemologia compreende a relação respeitosa entre os sujeitos, permitindo que possa existir diálogo crítico, afetividade, esperança e responsabilidade social. Na análise dos PPP, percebi que esses elementos não se constituíram como identidade e como critérios da relação pedagógica.

Entendo que se faça necessário, na busca de uma práxis pedagógica efetiva, repensar a construção e condução dos PPPs dos cursos de graduação da , elencando categorias que fundamentem tanto o processo de pensar a educação quanto a prática educativa, definindo um referencial teórico que norteie a forma de pensar a educação, e que esses elementos sejam instituídos como critérios, apoio firme no processo de construir os caminhos da educação para o ser humano, considerando a preparação para a democracia, a liberdade, a cidadania e a autonomia, o que, sem dúvida, é a finalidade da Instituição.

ESTRATÉGIAS A UTILIZAR PARA SUPERAR OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES TEÓRICO/PRÁTICAS NA CONSTRUÇÃO E CONDUÇÃO DO PPP.

Um estudo desenvolvido, em qualquer área do conhecimento, não significa o desvelar de toda a verdade, mas apenas uma forma de ver uma determinada realidade. O trabalho de pesquisa exige o envolvimento do pesquisador, pois este não pode separar-se de seu objeto de pesquisa. Assim, a pesquisa, acaba por vincular-se à história pessoal do pesquisador. É por esta razão que, ao refletir sobre o processo de construção dos PPPs nos cursos de graduação, fazendo uma análise crítica desse processo, faço também a auto-crítica, o que me permite, incluída no âmago da questão, apresentar algumas sugestões de estratégias para superar as dificuldades de construção e condução dos PPPs dos cursos de graduação.

Teoria da Práxis

Sabe-se que toda ação educativa carrega, em seu fazer, uma carga de intencionalidade que integra e organiza sua práxis, fazendo confluir para a esfera do fazer as características do contexto sócio-cultural, as necessidades e possibilidades do momento, as concepções teóricas e a consciência das ações cotidianas, num mesclar provisório que não permite que uma parte seja analisada sem referência ao todo, nem este sem ser visto como síntese provisória das circunstâncias parciais do momento. Assim a construção e condução dos PPPs dos cursos de graduação da Universidade de Passo Fundo requer procedimentos que permitam o fazer a educação adentrar na dinâmica e significado da práxis, de forma a poder compreender as teorias, implícitas ou explícitas, que permeiam as ações do coletivo.

A proposta pedagógica para a construção e condução do PPP, neste estudo, é entendida como metodologia da práxis. Construir e conduzir um PPP participativo e reflexivo em um curso de graduação passa, na minha compreensão, pela mediação da práxis, sendo construído de forma dialógica e conduzido/mediado pela proposta. O PPP movido pela práxis estará sempre em construção, pois será um documento de direção para desencadear um processo de reflexão em toda a comunidade acadêmica, produzindo ações dinâmicas, coerentes, participativas, transformando-se em processo pedagógico.

Conseqüentemente, o PPP necessita: esclarecer, transformar e orientar a práxis educativa para finalidades sociais e coletivas, finalidades essas extraídas do seio da práxis (portanto das ações dos próprios sujeitos e não impostas por legisladores ou administradores), dando sentido de direção às práxis, dentro dos princípios da ética emancipatória; organizar ações para concretizar as propostas coletivas emergentes do exercício coletivo da práxis.

Organização de grupo de estudos no interior do curso

A inclusão dos professores no processo pedagógico/metodológico do curso poderá viabilizar-se através da criação de grupos de estudos para a discussão das propostas idealizadas no PPP e, também, para a reflexão das ações desenvolvidas por cada professor. A participação de todos os envolvidos na construção será essencial para que a condução/implementação se efetive. Essa metodologia de trabalho poderá desenvolver a consciência de que este é o caminho para que as ações dos professores não se constituam em atividades isoladas e sim compartilhadas e refletidas no grupo, para que se tornem ações coletivas de maneira a conquistar maior entendimento e coerência na ação pedagógica.

A organização de grupos de estudos permite estabelecer o diálogo, o estudo, a reflexão, a discussão e, conseqüentemente, a transformação da própria prática pedagógica e a implementação do PPP de forma eficaz.

O hábito do registro

Registrar a própria prática, a vivência como professor é, talvez, um hábito que precisa ser inserido no cotidiano do professor. O registro da prática sustenta duas possibilidades importantes: rever a prática e refletir sobre ela, o que se reverte numa nova possibilidade: melhorá-la. Uma prática registrada, refletida e, se possível, melhorada, é de suma importância para a construção e condução do PPP, porque é através da análise de nossa prática, da nossa vivência e das experiências do dia a dia como professor, que poderemos contribuir com a proposta do PPP.

A discussão dos registros também poderá ser objeto do grupo de estudos, tornando-se subsídios importantes para a construção do PPP ou para verificação do processo de condução/implementação do projeto, além de permitir que o professor verifique se sua prática está ocorrendo de acordo com a proposta ou se precisa de ajustes.

A argumentação permanente e consciente sobre a necessidade do PPP

O papel do coordenador de curso é fundamental na condução da construção do PPP, fazendo com que se torne uma construção participativa, motivando e incentivando seus pares para que não criem somente um documento bem escrito, mas um projeto consistente, inscrito na consciência dos instituídos, pois o projeto não é meramente papel, é o caminho proposto para que o curso alcance seus objetivos e torne-se um agente transformador de idéias, ações, sonhos. Outra função indispensável do coordenador é não deixar que o PPP torne-se um mero objeto de decoração, ou um projeto a mais para ser arquivado e esquecido.

Avaliação do processo de condução do PPP

É, também, imprescindível a avaliação do processo de condução/implementação do PPP. Esta avaliação necessita ser realizada de forma permanente, ou seja, não deixar que se desvie dos objetivos propostos, caso isso ocorra, re-encaminhar o processo de maneira eficaz, e também de forma crítica para que os ajustes necessários sejam feitos de acordo com as necessidades existentes.

Avaliação, metodologias, currículo, saberes, bem como as categorias refletidas são componentes que não podem faltar em um projeto político-pedagógico, construído coletivamente através do diálogo presente em todos os momentos, não só na construção, mas também na sua condução.

O PPP como veículo de informações permanentes

O projeto, depois de muitos estudos e reflexões estará redigido, mas inacabado. É suscetível a mudanças e realinhamentos. Uma das premissas para que a proposta se efetive é a informação para toda a comunidade acadêmica de que ele existe.

O PPP é o veículo de informação permanente para que todos saibam quais os objetivos do curso, qual o perfil desejado para seu egresso, qual a metodologia que será adotada por seus professores, quais os conteúdos que fazem parte das disciplinas, quais as estratégias para alcançar os objetivos propostos, e assim por diante.

Uma estratégia importante para que o PPP realmente seja um veículo de comunicação é elaborar um resumo com as principais propostas e distribuir à comunidade acadêmica, pois assim todos estarão cientes do seu compromisso com a efetiva e eficaz condução do curso de graduação.

Durante a pesquisa, ficou corroborado que os PPPs dos cursos de graduação, infelizmente, não estão servindo de veículo de informação para a comunidade acadêmica, pois os mesmos, após sua elaboração, são esquecidos em um arquivo, e raramente são consultados. São lembrados quando o curso vai ser avaliado pelo MEC. Só então há uma preocupação em transformá-lo em um documento que pareça atual, dinâmico e instrumento de condução do curso.

Impor a construção do PPP ou conscientizar sobre ela

Ficou evidente que a construção dos PPPs realizada por imposição acaba desqualificada e, normalmente, sem efeito (transforma-se em um documento bem escrito e, também, sem utilidade).

Ao contrário, quando a construção do PPP nasce da necessidade ou da consciência dos professores e de suas deficiências, ele tem probabilidades de ser eficaz, de se transformar no verdadeiro condutor do processo pedagógico do curso.

Daí a importância de que se desenvolva um processo de conscientização, na universidade como um todo, de que o projeto pode se tornar o verdadeiro inspirador de todas as ações políticas e pedagógicas do curso de graduação.

Ao repensar cada PPP das Instituições, é preciso ter em mente os diferentes caminhos e as diferentes formas de acesso ao conhecimento que a Instituição oferece para todos os acadêmicos, atendendo suas diferenças, sem perder a perspectiva da Universidade como uma coletividade e um espaço de trabalho em equipe, pois a construção do projeto político- pedagógico é um ato deliberado dos sujeitos envolvidos com o processo educativo da Instituição, sendo ele resultado de um processo complexo de debate, cuja concepção demanda não só tempo, mas também, estudo, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo. Assim, as pessoas colocam em prática desde a construção e ao longo de sua condução um envolvimento que viabilizará a realização de todo o processo com o sucesso almejado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENINCÁ, E. *O senso comum pedagógico: práxis e resistência*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre, 2002.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. *Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

BRASIL, Ministério de Educação e dos Desportos. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997.

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

FERREIRA, Naura S. C. A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos. In: *Gestão democrática de educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outras*. São Paulo: Unes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

GADOTTI, Moacir. *Pressupostos do projeto pedagógico*. In MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para todos. Brasília, 1994.

HURTADO, Calos Nuñez. *Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular*; trad. Romualdo Dias. Petrópolis: Vozes, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001

PINTO, C. *Escola e autonomia*, In A. Dias, A. Silva, C. Pinto, I. Hapetian, *A autonomia das escolas: um desafio*. Lisboa: Texto Editora, 1998.

PORTO, Yeda da Silva (org.). *Projeto Político Pedagógico: construindo identidades*; Universidade Católica de Pelotas. Educat, 2001.

REIS, E. S.. *Projeto Político Pedagógico: moda, exigência ou tomada de consciência?*. In.: BELLO, J.L. P.. *Pedagogia em Foco*, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS NETO, E, dos. *O projeto político pedagógico da escola: caminho para organização e articulação do trabalho coletivo*. Educação e Formação. Taubaté, 1998.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação : LDB trajetória, limites*. São Paulo : Autores Associados, 1997.

TEIXEIRA, Anísio. *A Universidade de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 1998.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, Ilma P. A . *A Educação Básica Pós-LDB. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva*. In SILVA, Euricles B. (org). São Paulo: Pioneira, 1995.

VEIGA, Ilma.P.A. (org.) *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas, SP: Papirus.1995.

_____; RESENDE, Lúcia M. (Orgs.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. *Projeto Político-Pedagógico: continuidade ou transformação para acertar?* In: Castanho, S. e Castanho, M. E. (orgs) *O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas, SP: Papirus. 2000.